ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ
Praça Central, nº 350 – Centro – CEP: 64.740-000
Conceição do Canindé – Piauí - C.N.P.J. (MF) 06.553.697/0001-04
Fone: (89) 3489-1187
E-mail: comissaolicitacaopmcc@gmail.com

CONTRATO Nº 002-2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024,

QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ - PI, POR INTERMÉDIO DO (A) SR. ALCIMIRO PINHEIRO DA COSTA E A EMPRESA ANDRE DE BARROS MOURA LTDA.

O Município de Conceição do Canindé - PI por intermédio do(a) Sr. Prefeito Municipal, Alcimiro Pinheiro da Costa (prefeitura Municipal de Conceição do Canindé-PI), com sede no (a) Praça Central, nº 350, Centro , CEP 64.740,000 na cidade de Conceição do Canindé-PI /PIAUI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº06.553.697/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Alcimiro Pinheiro da (Prefeito Municipal), inscrito(a) no CPF sob o nº 138.703.863-04,E do outro lado doravante designado CONTRATADO, a empresa ANDRE DE BARROS MOURA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 40.796.279/0001-86, neste ato representado(a) por ANDRE DE BARROS MOURA (sócio administrador), inscrito(a) no CPF sob o nº 012.817.943-09, conforme atos constitutivos da empresa **e ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº .002-2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2024 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.2 O objeto do presente instrumento é **a Aquisição de Material de Construção, Hidráulico e Elétrico.**
Objeto da contratação:

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO UNIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
102	LAMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 80W 200V	400	Unidade	71,00	28.400,00
103	LAMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 250W 220V	300	Unidade	67,50	20.250,00
104	LAMPADA VAPOR DE MERCÚRIO 400W 220V	400	Unidade	68,50	27.400,00
105	LAMPADA VAPOR METÁLICA 250WTUBULAR	300	Unidade	23,50	7.050,00
106	LAMPADA VAPOR METÁLICA 400W TUBULAR	100	Unidade	60,00	6.000,00
107	BOCAL C/S RABICHO	1.000	Unidade	2,80	2.800,00
108	BOCAL POCELANA E27	200	Unidade	3,10	620,00
109	BOCAL POCELANA E40	100	Unidade	6,60	660,00
110	PLAFON P/FORRO E27	300	Unidade	3,40	1.020,00

111	REATOR VAPOR DE SÓCIO INT. 250W AFP	50	Unidade	65,88	3.294,00
112	REATOR VAPOR DE SÓCIO INT. 400W AFP	50	Unidade	82,44	4.122,00
113	REATOR DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 80W AFP	150	Unidade	25,04	3.756,00
114	REATOR DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 250W AFP	50	Unidade	62,81	3.140,50
115	REATOR DE VAPOR DE MERCÚRIO DE 400W AFP	150	Unidade	64,00	9.600,00
116	RETAOR ELETRONICO2x40W	50	Unidade	20,55	1.027,50
117	LUMINARIA DE EMERGENCIA LED	100	Unidade	49,99	4.999,00
118	ARANDELA BRAÇOCURVO	300	Unidade	42,99	12.897,00
119	FITA ISOLANTE ALTAFUSÃO 19MMx10MT	100	Unidade	31,99	3.199,00
120	FITA ISOLANTE AÇTA FUSÃO 19MMx20MT	500	Unidade	40,99	20.495,00
121	ROLDANA PORCELANA	800	Unidade	11,00	8.800,00
122	TE ENERGIA	150	Unidade	4,14	621,00
123	PINO MACHO 2P+T 10AMP	200	Unidade	4,14	828,00
124	PINO FEMEA 2P+T 10AMP	200	Unidade	2,14	428,00
125	PERA	200	Unidade	5,79	1.158,00
126	INTERRUPTOR 1 TCL	300	Unidade	3,99	1.197,00
127	INTERRUPTOR 1 TCL	150	Unidade	9,97	1.495,50
128	INTERRUPTOR 1 TMD2P+T	100	Unidade	17,97	1.797,00
129	INTERRUPTOR 2 TMD2P+T	150	Unidade	25,97	3.895,50
130	INTERRUPTOR 1 TCL E1 TMD 2P+T	150	Unidade	9,97	1.495,50
131	CAIXA 4x2	300	Unidade	6,98	2.094,00
132	INTERRUPTOR SOBREPOR 1 TMD	200	Unidade	12,97	2.594,00
133	INTERRUPTOR SOBREPOR 1 TCL E 1TMD	100	Unidade	5,98	598,00
134	CANALETA	800	Barra	13,97	11.176,00
135	CONDUITE CORRUGADO 20MM	400	Metro	2,48	992,00

136	CONDUITE CORRUGADO 32MM	250	Metro	1,98	495,00
137	TUBO ELETRODUTO20MM	200	Barra	18,97	3.794,00
138	TUBO ELETRODUTO25MM	200	Barra	9,99	1.998,00
139	TUBO ELETRODUTO32MM	100	Barra	17,99	1.799,00
140	HASTE ATERRAMENTO	250	Unidade	22,99	5.747,50
141	CONECTOR P/HASTE ATERRAMENTO	300	Unidade	4,97	1.491,00
142	RELE FOTOELETRICO	200	Unidade	23,89	4.778,00
143	BASE P/RELE FOTOELETRICO	100	Unidade	12,89	1.289,00
144	LUMINARIA P/POSTE	100	Unidade	67,97	6.797,00
145	BRAÇO P/LUMINARIAPOSTE	100	Unidade	44,95	4.495,00
146	PONTALETE	150	Unidade	42,93	6.439,50
147	BENGALA	200	Unidade	12,95	2.590,00
148	CAIXA MONOFAZICA	100	Unidade	44,99	4.499,00
149	CAIXA TRIFAZICA	50	Unidade	118,99	5949,50
150	DISJUNTOR UNIP 16A	200	Unidade	27,99	5.598,00
151	DISJUNTOR UNIP 25A	100	Unidade	14,99	1.499,00
152	DISJUNTOR UNIP 32A	50	Unidade	14,99	749,50
153	DISJUNTOR UNIPTRIPOLAR 90A	20	Unidade	79,99	1.599,80
154	CHAVE CONTACTORA 380 VOLT	40	Unidade	49,99	1.999,60
155	LUMINARIA TUBULAR 2x40	50	Unidade	39,99	1.999,50
156	LUMINARIA TUBULAR 2x20	50	Unidade	29,99	1.499,50
157	ALICATE ELETRICISTA	20	Unidade	19,99	399,80
158	ESCADA ESTENCIVA	5	Unidade	1.388,00	6.940,00
159	EXTENSAO 5MT	50	Unidade	42,00	2.100,00
160	QUADRO DISTRIBUIÇAO 6 A 8 DISJ.	50	Unidade	71,98	3.599,00
161	ELETROUDO 2,5 SERRALHEIRO	100	Kilograma	41,98	4.198,00
162	CABO MULTIPLEXADO16M	2.000	Metro	5,59	11.180,00

163	CABO MULTIPLEXADO10M	3.000	Metro	3,93	11.790,00
164	CABO MULTIPLEXADO3x25	1.500	Metro	15,89	23.835,00
165	TUBO ESGOTO 100MM	400	Metro	84,98	33.992,00
166	TUBO SOLDAVEL DE25MM	1.300	Metro	24,98	32.474,00
167	TUBO SOLDAVEL DE20MM	1.300	Metro	20,98	27,274,0
168	TUBO ESGOTO 40MM	800	Metro	32,98	26.384,00
169	JOELHO SOLDAVEL DE25MM	500	Unidade	2,48	1.240,00
170	JOELHO SOLDAVEL DE 100MM	300	Unidade	10,46	3.138,00
171	REDUÇAO ESG 50x40	200	Unidade	2,95	590,00
172	REDUÇAO SOLDAVEL25x20	200	Unidade	1,65	330,00
173	REGISTRO SOLD. ESFERA 50MM	200	Unidade	41,00	8.200,00
174	CAIXA D'AGUA 500LT	6	Unidade	335,00	2.010,00
175	TAPS 3/4	100	Unidade	1,77	177,00
176	JOELHO ESGOTO DE40MM	200	Unidade	2,47	494,00
177	JOELHO ESGOTO DE50MM	100	Unidade	4,47	447,00
178	ADAPTADOR 20MM	150	Unidade	2,37	355,50
179	JOELHO LR 20MM	150	Unidade	4,77	715,50
180	LUVA LR 3/4	200	Unidade	3,17	634,00
181	COLA GRANDE	100	Unidade	15,97	1.597,00
182	TORNEIRA INOX 1/2	100	Unidade	89,97	8.997,00
183	VALVULA PIA INOX	100	Unidade	22,97	2.297,00
184	ARMARIO ESPELHO	25	Unidade	75,97	1.899,25
185	GARGANTA SANFONADA	100	Unidade	8,98	898,00
186	PARAFUSO S10 PARA PIA/VASO SANITARIO	200	Unidade	6,97	1.394,00
187	BUCHA S10 PARAPIA/VASO	400	Unidade	3,48	1.392,00
188	JOELHO 25MM	100	Unidade	2,48	248,00
189	TE 25MM	100	Unidade	2,68	268,00

190	JOELHO SOLD. 25x3/4	100	Unidade	2,38	238,00
191	VASO SANITARIO	40	Unidade	429,98	17.199,20
192	PIA LOUÇA	50	Unidade	199,96	9.998,00
193	REGISTRO INOX 1/2	100	Unidade	83,98	8.398,00
194	REGISTRO FERRO 1/2	80	Unidade	38,98	3.118,40
195	CAIXA SANFONADA100MM	100	Unidade	51,98	5.198,00
196	CHUVEIRO PLASTICO	30	Unidade	27,98	839,40
197	CHUVEIRO CROMADO	30	Unidade	46,98	1.409,40
198	SERRA STARRETE	200	Unidade	14,98	2.996,00
199	JOELHO SOLD. 20MM	500	Unidade	5,47	2.735,00
200	TE SOLD 20MM	300	Unidade	6,97	2.091,00
201	LUVA SOLD 20MM	100	Unidade	1,97	197,00
202	CAIXA DESCARGA	150	Unidade	61,97	9.295,50
203	TORNEIRA JARDIM	500	Unidade	5,97	2.985,00
204	ENGATE FLEX 40CM	200	Unidade	7,98	1.596,00
205	TUBO P/CAIXA DESCARGA	150	Unidade	22,97	3.445,50
206	ESPUDE SANF	80	Unidade	6,48	518,40
207	MANGUEIRA PARAJARDIM 30M	30	Unidade	78,97	2.369,10
208	ASSENTO PARASANITARIO	120	Unidade	65,96	7.915,20
209	CAIXA D'AGUA 5000LT	5	Unidade	3.489,99	17.449,95
210	TAMPA PARA CAIXAD'AGUA 5000LT	8	Unidade	1.459,99	11.679,92
211	CAIXA D'AGUA DE] 3000LT	2	Unidade	2.429,99	4.859,98
212	TAMPA PARA CAIXAD'AGUA 3000LT	2	Unidade	899,99	1.799,98
213	CAIXA D'AGUA DE 10000LT	2	Unidade	7.289,99	14.579,98
214	TAMPA PARA CAIXAD'AGUA DE 10000LT	4	Unidade	2.133,99	8535,96
215	TUBO PVC AZUL 50MM	300	Barra	55,99	16.797,00
216	MANGUEIRA IRRIGAÇAO 3/4	5.000	Metro	3,69	18.450,00

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1 O Termo de Referência;
1.3.2 O Edital da Licitação;
1.3.3 A Proposta do contratado;
1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, contado da assinatura contratual prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2 A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R$ 665.187,82 (seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice usado pela autoridade competente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será conta- do a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias úteis.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato e fazer a entrega do produto conforme termo de referência;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quais- quer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10 CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.3 Multa:

1) moratória de 5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de

90 dias;

2) compensatória de 40% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do paga- mento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.2 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.2 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.3 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.4 Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
12.2.2 Gestão/Unidade: FUNDO 1 ADMINISTRATIVO/0203 .

12.2.3 Fonte de Recursos: 500 - TESOURO / 552 - PNAE / 550 - SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMOPROGRAMA DE TRABALHO: 2.020 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR -12.361.0013.2020

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.2 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

12.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo ser reajustado de comum acordo percentual superior.

12.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

13.2 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, exceto caso seja dispensável por força de lei, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

14 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

14.2 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Simplício Mendes – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conceição do Canindé - PI, 16 de abril de 2024.

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDRE DE BARROS MOURA:01281794309
Assinado de forma digital por ANDRE DE BARROS MOURA:01281794309
Dados: 2024.04.16 12:11:37 -03'00'

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: